



Acesso direto

O senador Mário Covas vai patrocinar um projeto, proposto pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, cuja finalidade é abrir a sugestões da sociedade uma via de acesso direto à elaboração do novo texto constitucional.

Pelo projeto, fica assegurada, através do regimento do Congresso constituinte, a tramitação de propostas subscritas por mais de trinta mil cidadãos ou pelo mínimo de duas entidades civis que congreguem, juntas, trinta mil ou mais sócios. Neste último caso, cada projeto precisaria ter a aprovação da assembléia de associados.

Seria de extrema importância, pela contribuição de caráter democrático que daria ao Congresso constituinte, a aprovação desta proposta do Plenário Pró-Participação. Mas, para ser aprovada pelos constituintes, é provável que dependa de manifestações de apoio das entidades civis que com ela concordem.

Ocupação

A vitória obtida pelo ultimato do presidente da Fiesp, Mário Amato, não se encerra na torrente de aumentos que o ministro da Fazenda liberou de imediato e com alcance muito maior de setores e produtos do que o anunciado pelo governo. Acima deste aspecto, digamos que econômico, pairam implicações mais graves, até porque tabelamento e congelamento há muito estão desmoralizados.

O ultimato resultou da informação, ou quando menos da suspeita, de que o governo não iria promover nos primeiros dias da semana, como o ministro da Fazenda prometera à Fiesp, a oficialização dos novos

preços. Neste sentido o ultimato, um gesto de audácia plena de riscos, significou a queima das reservas finais de acomodação do grande empresariado à inoperância governamental. E como se sabe que esta capacidade de acomodação é proporcional ao enorme volume de interesses mútuos entre grande empresariado e governo, o gesto de dispor-se à ruptura já seria, por si, de muita expressão.

Acresce que tal gesto foi vitorioso. E aí o episódio ganha dimensões que se projetam sobre o futuro. Pois, ao ceder por impotência para enfrentar o ultimato, o governo despiu-se da autoridade de administração econômica. E até que a recobre, sabe-se lá por que meios, estará compelido a condicionar suas promessas e decisões a uma força de ocupação do território de decisões que estava vazio.

Compreende-se que Amato atribuisse o ultimato à má interpretação da imprensa. Não é mesmo de bom-tom tripudiar sobre derrotados.

Ciranda

Nota o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, uma distinção essencial entre os industriais paulistas e os dos demais Estados: a prioridade dos primeiros é atribuída ao aumento de preços, ficando a questão dos juros no plano secundário; os outros invertem a prioridade.

O senador não o diz, mas sua fundada observação explica-se por serem os empresários paulistas, seguidos dos seus congêneres cariocas, os maiores ativadores e beneficiários da chamada ciranda financeira.